

Enquadramentos jornalísticos sobre mineração: uma análise do Jornal Estado de Minas ¹

Bernardo Augusto da Silva Fonseca ²

Carlos Renan Samuel Sanchotene ³

Resumo

O setor da mineração gera parte substancial da riqueza de Minas Gerais e, ao mesmo tempo, é responsável pelos mais graves desastres ambientais como a tragédia de Mariana (2015) e de Brumadinho (2019). A partir dessa polarização, busca-se compreender como são construídas as representações sociais sobre a mineração no principal jornal mineiro: Estado de Minas. Foram coletadas as notícias sobre a temática mineração publicadas no período entre janeiro e dezembro de 2024. A metodologia compreende uma análise dos enquadramentos (Entman, 1993) objetivando compreender as representações sociais. Conclui-se que o veículo jornalístico enfatiza a dualidade crucial da atividade mineradora que enriquece às custas da destruição ambiental.

Palavras-chave:

Mineração; jornalismo; enquadramentos; Minas Gerais.

Introdução

A economia mineira é fortemente dependente da exploração de minério, consolidada a partir da Segunda Guerra Mundial, com a demanda dos EUA pelo aço (Silva; Santos, 2010). Nesta fase, que se estende até os anos de 1970, havia total desinteresse pelo meio ambiente. As práticas adotadas com os rejeitos eram derivadas da técnica de empilhar entulhos e despejá-las em locais adequados. A Constituição Federal de 1988 começa a regulamentar a prática ambiental estabelecendo que os exploradores de recursos naturais fossem obrigados a restaurar o meio ambiente degradado, obedecendo a normas técnicas exigidas em lei pelo órgão público

¹ Trabalho apresentado no Eixo Temático Crise climática e antropoceno, meio ambiente, biodiversidade e sustentabilidade do XVIII Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura. Faculdade Cásper Líbero - FCL, realizado nos dias 11 a 13 de novembro de 2025.

² Acadêmico do curso de Jornalismo na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Divinópolis), e-mail bgstto@gmail.com

³ Pós-doutor em Comunicação (UFSM). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Professor de Publicidade e Propaganda e Jornalismo (UEMG – Divinópolis), e-mail: carlos_sanchotene@yahoo.com.br

competente. A questão ambiental começa a fazer parte da pauta desta atividade, com a aplicação de leis que resultaram em novos parâmetros no processo de exploração mineral.

Na virada do século XXI, o setor minerário atinge o ápice do seu desenvolvimento, com um ciclo de produção quatro vezes maior em relação aos anos anteriores, devido às fortes demandas chinesas e às necessidades impostas pela globalização da economia. De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração⁴ (IBRAM), Minas Gerais representa mais de 50% da produção nacional de minerais metálicos como o ferro, o nióbio, o maior produtor mundial de concentrado de tântalo, o único produtor nacional de zinco e lítio etc. Os demais minérios correspondem a 29% do total do país. Ao mesmo tempo em que gera parte substancial das riquezas de mais de 50% dos municípios mineiros, a mineração é responsável pelos mais graves desastres ambientais no Estado como a tragédia de Mariana (2015) e de Brumadinho (2019).

A partir dessa polarização, busca-se responder às seguintes questões: Como são construídas as representações sociais sobre a mineração em Minas Gerais? Quais são as vozes predominantes na cobertura jornalística? Parte-se da hipótese de que a cobertura jornalística sobre a mineração é engendrada por relações discursivas complexas. Enquanto formas de crenças, ideologias e conhecimentos, as representações sociais produzidas pelo campo jornalístico interferem nos desígnios da sociedade. Sendo assim, o jornalismo é participante ativo no processo de construção da realidade o que torna imprescindível conhecer e compreender as representações sociais divulgadas pelo jornalismo em Minas Gerais através das notícias.

Desse modo, o estudo aborda inicialmente a mineração como atividade importante em diversos âmbitos no Brasil, sobretudo em Minas Gerais. Em seguida, a mineração é apresentada como acontecimento jornalístico. Na sequência, é feita uma contextualização a respeito das representações sociais. A metodologia utilizada se baseou na teoria do enquadramento de Entman (1993), além de análises extra-verbais. Portanto, a análise foi dividida em quatro categorias: definição do problema; causas do problema; avaliação moral dos indivíduos; e soluções. Por fim, apresentamos os resultados da pesquisa.

A mineração na história do Brasil

⁴ Disponível em: <https://ibram.org.br/>. Acesso em: 19 jan. 2025.

Desde os primórdios da era colonial no Brasil, a prática da mineração faz parte das etapas primeiras dos processos de produção (Germany, 2002). Hoje, a prática, em especial no Brasil, corresponde a grande parte das exportações comerciais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)⁵, em 2024, o saldo comercial do setor foi de US\$ 34,94 bilhões - o que representa cerca de 47% do saldo comercial brasileiro.

Apesar de ser praticada desde a chegada dos colonizadores, a mineração no Brasil nem sempre foi realizada em larga escala, com grandes maquinários. Inicialmente, a demanda maior era por argila, areia e cascalho, e a atividade era realizada por meio de métodos rudimentares. Portanto, as lavras primárias eram tarefas majoritariamente ligadas à construção (Germany, 2002).

O ouro foi “descoberto” no Brasil apenas em 1561, na região onde hoje é o estado de São Paulo, através de uma expedição liderada por Brás Cubas. Também há registros de descoberta de ouro em Porto Seguro (BA) em 1567 (Lins et al., 2000). Em Minas Gerais, em especial, os primeiros registros datam do início do século XVII (Fonseca, 2001 apud Rezende, 2016). O ciclo do diamante, por sua vez, tem registros datados a partir do ano de 1730 (Lins et al., 2000).

O chamado Ciclo do Ouro foi oficialmente iniciado ao final do século XVII, sendo continuado ao longo do século XVIII. No entanto, a atividade entrou em decadência ao final do mesmo século, diminuindo ainda mais a produção no século seguinte. Guimarães (1981) apud Lins et al. (2000) aponta algumas causas para a crise: primitivismo da mineração; falta de investimento em minas auríferas.

Além disso, a exaustão dos depósitos, tanto de ouro quanto de diamantes, foi a principal dentre as causas. Com a deficiência nas técnicas de exploração, zonas de mineração que antes poderiam ser aproveitadas passam a ser inutilizadas em decorrência do estado em que essas técnicas deixavam os locais. Lins et al. (2000, p. 35) aponta que “os donos das minas eram, de um modo geral, ignorantes e não tinham interesse que aí fossem aplicadas técnicas novas”. Germany (2002) considera “impressionante” as minas terem sobrevivido até meados do século XX com recursos tão precários.

⁵ Disponível em <https://ibram.org.br>. Acesso em: 20 jun. 2025.

Tepaske (2010) apud Rocha et al. (2024) afirma que, de todo o ouro extraído na América Latina entre os anos de 1690 e 1810 (durante o Ciclo do Ouro), cerca de 60% se originou nas jazidas localizadas no Brasil, em especial nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia. O estado de Minas Gerais, em particular, foi responsável por cerca de 72% do total de ouro produzido pela colônia durante o mesmo período (Fausto, 1995; Boxer, 2003; Calógeras, 2009; Tepaske, 2010 apud Rocha et al., 2024).

Apesar da predominância da exploração do ouro durante o período colonial, a prática deixou de ser a principal fonte de faturamento e exportação mineral no Brasil, em especial depois do término do Ciclo do Ouro. Segundo o Ibram, em 2024, o minério de ferro foi responsável por 59,4% de todo o faturamento proveniente da exploração mineral e 68,7% de todas as exportações do setor.

Todavia, o ouro ainda representa significativa participação nas exportações minerais. De acordo com o relatório “Informe Mineral: 4º Trimestre de 2024”⁶, emitido pela Agência Nacional de Mineração (ANM), a exploração aurífera simbolizou 12,3% das exportações, seguido por cobre, com 10,2%; alumínio, com 2,3%; fosfato, com 1,5%; zinco, com 0,5%; e potássio, com 0,2%.

O caso de Minas Gerais

De acordo com dados do setor mineral do ano de 2024 divulgados pelo Ibram², Minas Gerais ainda é o estado que compõe a maior parte dessas exportações - as exportações mineiras representaram 40% do faturamento total do setor no ano. E, além de ter sido a principal região de exploração de ouro durante o período colonial, o estado ainda conta com uma região de assídua exploração mineral de aproximadamente 7000 km², denominada Quadrilátero Ferrífero (Rezende, 2016).

No entanto, como o principal produtor de minério do Brasil, com início ainda durante a era colonial, o estado mineiro se tornou palco de grandes problemas socioeconômicos e socioambientais, justamente por ser foco de uma atividade com grande importância econômica e, ao mesmo tempo, com alto índice de agressão ao ambiente.

⁶ Disponível em <https://ibram.org.br>. Acesso em: 20 jun. 2025.

A mineração rendera poucos empregos, era baseada no trabalho escravo, não desenvolveu o mercado interno, já que era uma atividade essencialmente exportadora, e deixou como herança a destruição do homem e da natureza. [...] Os mecanismos do sistema colonial - o fisco, a tributação sobre escravos, o sistema monetário implantado, as importações em regime de exclusivo comércio - fizeram com que a maior parte dessa riqueza se esvaísse (Coelho, 2012, p. 131).

Coelho (2012, p. 130) afirma que “o grande beneficiado com a mineração são as mineradoras em detrimento da população local”. A descoberta de minérios com alto valor comercial, portanto, a mineração, não teve relação efetiva com o aumento do poder econômico das populações que compunham os arredores das mineradoras e daqueles que nelas trabalhavam (Coelho, 2012). E, além de não impactar positivamente, a prática ainda carrega diversos males:

[...] tem um desenvolvimento limitado e as populações aceitam-na porque dependem dela para conseguirem emprego e para atender às suas primeiras necessidades. É este fato primário que constrange a população local a aceitar os desígnios da mineração e seus inerentes males. [...] São pouquíssimos empregos diretos criados, que geralmente exigem mão de obra altamente qualificada inexistente nas regiões mineradoras, aumentando a concentração de renda e, assim, a desigualdade social. Numa comparação entre ônus e bônus, no que podemos chamar de dicotomia da dependência, o ônus fica principalmente com a população local (Coelho, 2012, p. 130).

Entretanto, impactos socioeconômicos não são os únicos causados pelas mineradoras sentidos até hoje pela população de Minas Gerais. Gusmão et al. (2021) categoriza quatro tipos elementares de degradações ambientais provocados pela atividade mineradora em si :a poluição dos recursos hídricos; a poluição do ar; a poluição sonora; e a descaracterização do solo - em defluência, por exemplo, do uso de explosivos como instrumento de mineração. Mas não se resume a isso. No dia 5 de novembro de 2015, a cidade de Mariana protagonizou uma das maiores tragédias ambientais da história: o rompimento da Barragem do Fundão, da empresa Samarco, que é uma *joint venture*⁷ das empresas VALE, S.A. & BHP BILITON (Rocha, 2021).

Não obstante, pouco mais de três anos depois, em 25 de janeiro de 2019, o estado se torna centro das atenções novamente, com o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, diretamente pertencente à Vale. Com a lama, centenas de pessoas foram mortas e milhares ficaram desabrigadas; aldeias indígenas dos Pataxós foram destruídas; o Rio Paraopeba

⁷ *Joint venture* é um tipo de associação entre empresas com prazo limitado, através da qual ambas as partes tiram proveito de uma atividade específica.

sofreu grande impacto em detrimento dos minérios; além dos diversos impactos que permanecem até os dias de hoje na região (Rocha, 2021).

A Vale

Rocha (2021) analisa que, no intervalo entre as duas tragédias, o valor de mercado da Vale teve um aumento, chegando a R\$ 323,3 bilhões em 2018, especialmente em razão da paralisação das atividades da Samarco. Depois da tragédia de Brumadinho, em 2019, a empresa passou por uma grande queda em seu valor de mercado: em janeiro, seu valor chegou a R\$ 218,7 bilhões - uma perda de valor de mais de R\$ 100 bilhões em relação ao ano anterior. No entanto, o valor de mercado foi recuperado em menos de um ano, superando os R\$ 300 bilhões em 2020 (Rocha, 2021).

A Vale S.A., entretanto, não possui sob seu domínio apenas a empresa que leva o próprio nome. No site da empresa, é disponibilizada uma tabela contendo as principais empresas com as quais a mineradora se relaciona financeiramente:

Tabela 1 - empresas investidas e percentual acionário

Coligadas e joint ventures	Participação da Vale
Aliança Norte Energia Participações S.A.	51,00%
Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A.	15,00%
Baovale Mineração S.A.	50,00%
Biomás – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	16,66%
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização	50,00%
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização	50,89%
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização	50,90%
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização	51,00%
Dshbird S.A.	30,00%
MRS Logística S.A	49,01%
Ponta Ubu Agropecuaria Ltda	51,00%

PT Vale Indonesia Tbk (PTVI)	33,88%
Samarco Mineração S.A.	50,00%
Ultrafértil S.A	13,52%
Vale Oman Distribution Center LLC (VODC)	50,00%
VLI S.A	29,60%

Fonte: Vale S.A.⁸

Dentre as empresas apresentadas na Tabela 1, destacam-se no setor de mineração brasileiro a Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. e a Samarco Mineração S.A. Além disso, a Vale tem participação majoritária nas ações de quatro usinas *joint ventures* de pelotização e comercialização de minério de ferro no Brasil: a Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização; a Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização; a Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização; e a Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização.

A Vale S.A. é, atualmente, a maior empresa do setor de mineração do Brasil e uma das maiores do mundo, especialmente nas exportações de minério de ferro e pelotas de ferro para a produção de aço (Pedrozo et al., 2024). De acordo com o relatório “*Vale’s performance in 4Q24 and 2024*”⁹, a empresa teve, durante todo o ano de 2024, uma receita operacional líquida de US\$ 38,06 bilhões.

No ano de 2024, os números da Vale ficaram abaixo apenas de algumas outras grandes mineradoras, como: a mineradora chinesa *Zijin Mining*, com uma receita de US\$ 42,20 bilhões¹⁰; o grupo anglo-australiano Rio Tinto, com uma receita de US\$ 53,65 bilhões¹¹; o grupo de mineração anglo-australiano BHP, com uma receita de US\$ 55,65 bilhões¹²; e a mineradora suíça *Glencore*, com uma receita de US\$ 230,94 bilhões¹³.

Também no ano de 2024, de acordo com o relatório “*Vale’s production and sales in 4Q24 and 2024*”¹⁴, a empresa produziu 327,67 milhões de toneladas de minério de ferro; 348,2 mil de

⁸ Disponível em <https://vale.com/pt/esg/gestao-de-participacoes>. Acesso em: 1 jul. 2025.

⁹ Disponível em: <https://www.latibex.com/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

¹⁰ Dados disponíveis em: <https://companiesmarketcap.com/zijin-mining/revenue/>. Acesso em 1 jul. 2025.

¹¹ Dados disponíveis em: <https://docs.publicnow.com/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

¹² Dados disponíveis em: <https://www.bhp.com/>. Acesso em 1 jul. 2025.

¹³ Dados disponíveis em: <https://www.glencore.com/>. Acesso em 1 jul. 2025.

¹⁴ Disponível em: <https://api.mziq.com/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

toneladas de cobre; e 159,9 mil toneladas de níquel. Em comparação com os números do ano de 2019 - quando ocorreu o desastre de Brumadinho -, divulgados no relatório “Produção e Vendas da Vale no 4T19 e em 2019”¹⁵, a produção de minério de ferro da Vale teve um aumento de aproximadamente 8,5%.

Desde 2019, a Vale promove ações de reparação e apresenta dados sobre indenizações às vítimas no relatório anual de performance. Como apontado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag/MG) no “Diagnóstico inicial de impactos do rompimento”¹⁶, são nove os tipos de impactos provocados pelo rompimento: impactos ambientais; impactos sociais; impactos na saúde; impactos na educação; impactos na segurança pública; impactos econômicos; impactos na produção agrícola, pecuária e piscicultura; impactos no turismo; e impactos no patrimônio histórico e cultural.

De acordo com o relatório “Reparação Brumadinho: Esclarecendo os anexos do Acordo Judicial”¹⁷, o Acordo Judicial de Reparação foi homologado pela justiça de Minas Gerais em 4 de fevereiro de 2021, através dos compromitentes Governo de Minas, Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público Federal e Defensoria Pública de Minas Gerais; e da compromissária VALE S.A.

O Acordo Judicial para Reparação integral, no valor total de R\$ 37.689.767.329,00 (trinta e sete bilhões, seiscentos e oitenta e nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte e nove reais), representa um momento histórico para o Estado de Minas Gerais na garantia da devida reparação à sociedade. Tal formalização não impacta ou impossibilita o prosseguimento das ações judiciais individuais que eventualmente estejam em andamento ou as que podem ser futuramente ajuizadas, bem como o processo criminal em relação às vítimas (Seplag/MG, 2025).

Como apontado por um estudo realizado pela agência norte-americana *Union+Webster*, cerca de 87% dos brasileiros têm preferência por consumir produtos de empresas que promovam a sustentabilidade (Pedrozo et al., 2024). Além disso, o estudo (Pedrozo et al., 2024) ainda aponta que cerca de 70% pagaria mais caro por produtos dessas empresas. Portanto, como apontado por Pedrozo et al. (2024), não apenas a preocupação com o meio-ambiente sustenta as ações de

¹⁵ Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br>. Acesso em: 1 jul. 2025.

¹⁶ Disponível em: <https://www.mg.gov.br/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

¹⁷ Disponível em: <https://www.mg.gov.br/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

reparação promovidas pela Vale, mas principalmente pela preocupação com a sua imagem diante da população e dos investidores.

A mineração como acontecimento jornalístico

A mineração é tema importante por ser uma das bases fortes da economia mineira. Enquanto acontecimento, ela envolve pautas de interesse público que envolvem informações sobre cadeia produtiva (extração, transporte, processamento de minérios, transformação mineral e comercialização) quanto impactos sociais e ambientais (Tonietto; Silva, 2011).

Para que o papel da mídia na cobertura da mineração seja compreendido, é preciso afastar dos debates a visão que a trata como uma instância externa à sociedade. Vera França (2012, p. 15) propõe que a mídia está inserida no chamado “mundo da vida” - nas instâncias cotidianas. Os telejornais, portais e jornais não são apenas janelas para outras realidades, mas elementos que atravessam o cotidiano de uma sociedade, possibilitando a circulação da atenção popular entre os diversos cotidianos. Assim, a realidade contada de um desastre ambiental penetra e dialoga com outros cotidianos, tornando-se um campo de vivência e afetação.

De acordo com Rodrigues (1993), ao reconfigurar o acontecimento, isto é, reconhecê-lo e interpretá-lo, o jornalismo constrói a própria concepção de acontecimento, tornando-o reconhecível na sociedade. Ou seja, através da mídia, o acontecimento marca a sua presença na sociedade. Compartilhando das mesmas ideias, Nora (1997), afirma que os veículos de comunicação vão dar a materialidade necessária para marcar o acontecimento na história, tornando-o então acontecimento histórico. Nesse sentido, ao construir um acontecimento factual em acontecimento histórico, a mídia não está apenas produzindo uma descrição do fato, mas determinando o que deve ou não ter existência pública.

França (2012) argumenta que fatos ocorrem o tempo todo, e elegemos enquanto um acontecimento àqueles que se destacam ou merecem maior visibilidade. A autora assevera ainda a importância de um entendimento mais espesso sobre acontecimento:

O acontecimento o é porque interrompe uma rotina, atravessa o já esperado e conhecido, se faz notar por aqueles a quem ele acontece. Uma ocorrência que não nos afeta não se torna um acontecimento no domínio da nossa vida. É simples fato, do qual até podemos tomar conhecimento, mas pelo qual não somos tocados.

Este primeiro aspecto nos permite uma conclusão importante: os acontecimentos se inserem em nossa experiência, na experiência humana, no âmbito de nossa vivência (França, 2012, p. 13).

A noção de ruptura, contudo, pode ser aprofundada pela dimensão da temporalidade. Antunes (2008) sugere que o acontecimento jornalístico é menos uma quebra e mais a produção de um ponto rítmico na temporalidade cotidiana. Como proposto pelo autor, o jornalismo atua como uma forma de “ritmista”, organizando a percepção do fluxo social. Além disso, a construção da atualidade de um fato ancora-se sobretudo em um chamado “triplo presente”: o presente das coisas passadas - o contexto e a memória; o presente das coisas presentes - o fato em si; e o presente das coisas futuras - as expectativas e consequências que ele projeta (Antunes, 2008, p. 6).

Em comum a essas ideias, Rodrigues (1993, p. 27) pontua que acontecimento é “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais”. Como na história, na atividade jornalística é preciso saber o que individualiza o acontecimento para que ele seja digno de ser contado. Entre milhares de fenômenos e fatos, o jornalista, como agente ativo na construção do acontecimento, seleciona-os a partir de interesses e critérios, distinguindo o que deve ser nomeado e percebido pela sociedade. Esse “processo de individualização” diz respeito à capacidade de um acontecimento de revelar processos em curso, de afetar os sujeitos, na sua capacidade de, pela sua irrupção e força de sua afetação, gerar uma profusão de sentidos, de práticas e discursos buscando compreendê-lo, significá-lo, tratá-lo (Quéré, 2011).

Nesse sentido, essa movimentação de trazer o fato particular para a cena pública é possibilitado, sobretudo, por meio das fases de interpretação e narração. Isto é, classificando se é ou não relevante e hierarquizando fatos, em função de sua importância, abrangência, impacto e interesse (França, 2012). Assim, a autora caracteriza acontecimento enquanto uma situação que interrompe com o ordinário, ou seja, que rompe com a ordem. Logo, entende-se que “acontecimentos não são simplesmente ocorrências, mas fatos que têm o poder de afetação, que acontece a alguém, provocam sentidos, convocam o passado, reorientam o futuro” (França, 2012, p. 17).

A transformação de um fato bruto em uma narrativa pública se expande através de duas formas de repercussão do acontecimento. A primeira é a maneira existencial, que acontece a alguém, afeta corpos reais e interrompe rotinas, sendo da ordem do vivido e do sensível. A segunda

é a forma simbólica, quando o acontecimento é convertido em discurso, em representação, passando a existir como narrativa (Quéré, 2012 apud França, 2012). O jornalismo é o espaço onde essa segunda forma de representação é forjada e ganha tamanha força que, por vezes, se torna ela mesma um novo acontecimento existencial, gerando um ciclo contínuo de repercussões (França, 2012).

Este efeito de “tornar-se notável” se dá através de uma análise segundo um parâmetro chamado de “valor notícia” ou “critérios de noticiabilidade” (Wolf, 2003), que surge através de uma convenção proposta pela própria comunidade midiática, segundo um conjunto de técnicas para identificar a relevância de um fenômeno/evento. Como, por exemplo, previsibilidade, imprevisibilidade; repercussão junto ao leitor; atualidade e comunicabilidade. A partir disso, entende-se acontecimento como uma representação social do fato, materializado na forma de notícia. Assim, partindo dessa ideia, acontecimentos como os que são engendrados pela cadeia que envolve a temática da mineração são construídos e materializados por possuir caráter de importância para “fazer saber”.

Segundo Lana e França (2008, p. 10), esse enquadramento midiático é um ciclo que vai “do cotidiano ao acontecimento e do acontecimento de volta ao cotidiano”. A mídia, portanto, trabalha para dar significado ao evento disruptivo e devolvê-lo ao espaço público já integrado à ordem das coisas. Esse processo de domesticação ocorre por meio da organização do fato em uma intriga, uma narrativa com causa e efeito que apazigua o paradoxo inicial. Dessa forma, o grande acontecimento é transformado em um pequeno acontecimento, dominado pela linguagem e passível de ser assimilado pela rotina.

O processo de domesticação do acontecimento é operado através da linguagem. O acontecimento, em sua irrupção, é um paradoxo que desafia o senso comum. Assim, por não ter um sentido imediato, exige que um sentido seja produzido. A mídia, neste caso, atua no processo ao fornecer as proposições que buscam apaziguar esse paradoxo através da contra-efetuação. A linguagem organiza o estado de coisas, ao designar imagens, manifestar crenças e, também, definir significações conceituais (Deleuze, 1982 apud Lana; França, 2008). O trabalho da mídia é, neste sentido, fornecer essa linguagem que torna a ruptura inicial assimilável (Lana; França, 2008).

Patrick Champagne (1997) aborda que qualquer questão social somente ganha uma existência visível, uma vez que representada pela mídia. Da mesma maneira, qualquer fenômeno

notável pode ou não ganhar existência a partir da abordagem midiática acerca do evento, podendo se tornar uma verdadeira calamidade ou, ao contrário, ser abafado e desaparecer. Nesse sentido, entender quais acontecimentos se destacam frente à esfera pública é entender, na mesma medida, quais valores movimentam, como pano de fundo, os atores sociais que o estão narrando. Por essa razão, é necessário articular ao debate a perspectiva de que o “acontecimento afeta aqueles a quem acontece, mas também interpela, em graus e de formas diversas, aqueles que dele tomam conhecimento, o integram em seu campo de experiência e eventualmente lhe respondem” (Babo, 2013, p. 223). Logo, os públicos – abrangendo também como públicos os sujeitos que narram o acontecimento – se articulam enquanto “intérpretes ativos” (Babo, 2013, p. 221) dos fatos e situações, uma vez que os fatos são postos em confronto com suas respectivas subjetividades.

Assim sendo, Babo (2013) define que os públicos se formam em situações de recepção e podem se constituir por sentimentos de empatia e pertença, por exemplo. Em suma, sendo entendidos como comunidades que geram interpretação e significação a um dado fato e se organizam não só enquanto corpo social físico, mas se articulam, sobretudo, através das redes de sociabilidade virtuais (Babo, 2013). Frente a isso, a compreensão acerca de quais acontecimentos emergem para existência pública incorpora, portanto, o campo da recepção e o papel dos públicos, ao passo em que é na recepção que se atribuem os sentidos e valores socialmente partilhados a um respectivo fato ou situação.

É necessário, no entanto, aprofundar a noção de público e distingui-la de audiência. A audiência é concebida como uma entidade reativa e externa, sendo definida na terceira pessoa. O público, ao contrário, corresponde a um sujeito coletivo - um “nós” dotado de reflexividade; definido por um compromisso. Na esteira de John Dewey, um grupo só se torna um público verdadeiro quando ganha consciência de si mesmo ao se organizar em resposta a um problema. Substancialmente, esse público não é formado por aqueles diretamente afetados pela situação, mas pelos que percebem e sofrem as consequências indiretas de uma ação (Babo, 2013).

A partir dessas ideias, compreende-se a complexidade do conceito de acontecimento como uma construção noticiosa, uma vez que o fato é construído através da seleção de jornalistas, de fontes que venham a ganhar voz no processo de apuração, de editores e editoriais das mídias e de empresários que possam ter interesses em abordar assuntos de relevância. Dessa forma, o acontecimento jornalístico, durante o período de sua produção e enquanto perdura, adquire vários

formatos e níveis de profundidade, podendo omitir ou iluminar aspectos específicos ao passo em que amadurece. Sendo, então, impossível construir um ambiente sensível ao receptor sem a seleção de significantes específicas para construção da narrativa.

A capacidade do fato afetar um público está diretamente relacionada com a proximidade da vida cotidiana. França (2012) questiona a respeito das comoções sociais provocadas por notícias como sobre crimes, enquanto assuntos complexos da política que interferem diretamente na vida pública têm baixo poder de afetação. Assim sendo, ocorrências que espelham os dramas da vida particular são sentidas como próximas por tocarem em pontos emocionais. Por outro lado, temas mais abstratos, como desvios de recursos econômicos, são distantes da experiência imediata do sensível e, conseqüentemente, têm menor grau de afetação (França, 2012).

É preciso também considerar um efeito paradoxal dessa intensa produção de acontecimentos. A constante exposição a uma avalanche de fatos sobre a mineração, mesmo que relevantes, pode levar ao que Lazarsfeld e Merton (1978 apud França, 2012) chamaram de “disfunção narcotizante”. A hipótese é que o excesso de informações, em vez de fomentar um cidadão engajado, pode sobrecarregar os receptores, gerando apatia ou um distanciamento cínico. Nesse cenário, a cobertura midiática, mesmo com a intenção de alertar, correria o risco de contribuir para a banalização de problemas graves, transformando-os em apenas mais um ruído no fluxo informacional do dia a dia.

Representações sociais

Para a compreensão da construção do imaginário coletivo sobre a mineração por meio do jornalismo, é essencial que haja conhecimento acerca da Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici. De acordo com Alexandre (2004), Moscovici propõe o estabelecimento de um referencial para a Psicologia Social, com foco na cognição social para questionar a natureza do conhecimento, assim como a dinâmica entre os indivíduos e as sociedades.

A base do conceito remonta à ideia de “representação coletiva”, do sociólogo Émile Durkheim. Para o autor, fenômenos como mitos e religião eram produtos comunitários que se impunham à consciência individual e não poderiam ser explicados isoladamente (Alexandre, 2004). Moscovici, no entanto, rompe com essa visão ao afastar o caráter estático dessa herança.

Alexandre (2004) ressalta que o indivíduo deixa de ser um mero receptáculo passivo para assumir um papel ativo. É moldado pela sociedade, mas também atua na sua configuração.

À luz dessa perspectiva, a representação social define-se como “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos” (Moscovici apud Alexandre, 2004, p. 125). A representação social opera no campo do saber prático (senso comum) orientando as condutas cotidianas. Segundo Serbena (2003), é ela que permite transformar o estranho em familiar, integrando fatos novos aos esquemas de pensamento já consolidados na consciência de um grupo. Nas sociedades complexas, as representações sociais, juntamente com as ideologias, preenchem o vácuo deixado pelos mitos das sociedades tradicionais. Serbena (2003) argumenta que o mito oferecia uma visão totalizante, enquanto a representação social funciona como uma base para a interpretação dos acontecimentos, situando-se entre os conceitos técnicos e a percepção da realidade em si.

A gênese das representações ocorre fundamentalmente através de dois processos descritos por Serbena (2003) como ancoragem e objetificação. A ancoragem é o mecanismo que conecta o desconhecido a uma referência familiar por meio de comparação e categorização. Assim, o novo fato é inserido em um universo conhecido. Como ainda aponta Serbena (2003), esse processo permite classificar o não familiar em um modelo típico. No contexto jornalístico, isso é visível quando uma tragédia ambiental é enquadrada em narrativas preexistentes, sendo rotulada, por exemplo, como “acidente”. A objetificação, por sua vez, é o processo que materializa o abstrato e o associa a uma imagem. Serbena (2003) destaca que, ao consolidar esse núcleo, estereótipos que simplificam a realidade são estabelecidos, transformando palavras em coisas concretas.

Portanto, as representações sociais transcendem o reflexo mental. Possuem uma função constitutiva da realidade. Alexandre (2004, p. 132) reforça que elas atuam como “uma preparação para a ação”, ao modelar comportamentos. Com a análise da cobertura jornalística sobre a mineração, o objetivo é entender como os jornais utilizam a ancoragem e a objetificação para criar um universo consensual, permitindo aos leitores a formulação sobre a realidade da mineração em Minas Gerais.

Para Jodelet (2017) as representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Para a autora, as representações são um saber prático

porque orientam a nossa ação sobre o mundo e sobre os outros, geram posicionamentos e guiam a tomada de decisões.

Segundo Moscovici (2011), as representações sociais são sempre “o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade”. Ainda de acordo com Jodelet (2017), as representações são formadas por elementos informativos, ideológicos, cognitivos, imagéticos e opinativos, dentre outros, organizados como uma espécie de saber que diz alguma coisa sobre o estado da realidade. São também dinâmicas e se relacionam com a realidade de forma a explicá-la, justificá-la ou até questioná-la. Para a autora, o ato de representar cria uma relação entre sujeito e objeto: requer a existência (que pode ser imaginária ou física, material) de um objeto e, como resultado de um ato de pensamento, carrega a marca do sujeito e de sua atividade.

Outra característica das representações sociais é que são impostas e se constroem historicamente. As experiências e ideias do passado influenciam as experiências e as ideias de hoje – uma vez que a memória é fundamental para as representações sociais. Elas são dinâmicas, fluidas e repetidas, comunicam-se entre si, desaparecem e reaparecem sob novas aparências. Elas não são construídas de forma consciente ou por meio de uma deliberação específica, mas sim através de “negociações implícitas no curso das conversações, onde as pessoas se orientam para modelos simbólicos, imagens e valores compartilhados específicos” (Moscovici, 2011, p. 208).

Por serem compartilhadas, as representações facilitam a comunicação e definem um quadro de referências para a interação social. Guiam comportamentos e normas (ou seja, são prescritivas), além de ajudar a definir o que é ou não aceitável para cada situação. Segundo Moscovici (2011), dois são os processos que geram as representações sociais: a) a ancoragem, que busca reduzir o que é estranho aos indivíduos a categorias e imagens comuns, um contexto familiar: “ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa” (Moscovici, 2011, p. 61), sendo também uma forma de generalização e estereotipagem; e b) a objetivação, que é a transformação do abstrato em algo quase concreto, materializado na realidade.

No primeiro processo, as novas representações são ancoradas em representações anteriores. Isso pode ser feito pelo ato de nomear o que é novo, pelo uso de metáforas e comparações e até mesmo pelo ato de relacionar objetos, eventos e pessoas a emoções. O segundo processo, de objetivação, materializa o desconhecido em algo que podemos experimentar com nossos sentidos.

O processo se dá quando há uma ligação com o mundo físico; pode ser por meio de objetivação emocional, quando há um grande componente emocional envolvido, ou pela personificação, quando a ideia, objeto ou fenômeno é ligado a uma pessoa.

As representações são construções simbólicas que dependem do contexto em que estão inseridas, das normas, dos valores e da cultura dos grupos sociais aos quais pertencem. Para Sandra Jovchelovitch (1994, p.79), “[...] os processos que engendram representações sociais estão embebidos na comunicação e nas práticas sociais: diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte, em suma, cultura”. Na perspectiva de Stuart Hall (2016), a linguagem é o meio pelo qual produzimos representações e compartilhamos significados:

[...] Em outra parte ainda, nós concedemos sentido às coisas pela maneira como as representamos – as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que dela criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos (Hall, 2016, p. 21).

As representações sociais de Moscovici (2011) apresentam semelhanças com o que Hall denomina “mapas conceituais”. Para Hall, esses mapas são um dos processos envolvidos na produção de sentido. Compartilhado por pessoas de um mesmo grupo ou de uma mesma sociedade, esse sistema consiste em formas de classificação de conceitos e imagens formados em nosso pensamento que permitem que interpretemos o mundo de maneira semelhante (Hall, 2016). Ao mesmo tempo em que facilitam a interpretação e a compreensão do mundo, as representações baseiam a reprodução de preconceitos e estereótipos – uma vez que o ato de categorizar significa também rotular e limitar.

As representações que o cidadão evoca para interpretar a mineração, por exemplo, guiam suas ações e posicionamentos sobre ela. Como as representações influenciam também a formação da identidade dos grupos sociais (Hall, 2016), elas interferem na sua identificação com o tema e no consumo que é feito dele. O que é apreendido sobre a mineração depende, portanto, das representações circulantes. Não há como separar as representações da comunicação: elas tornam possível a comunicação, circulam e são construídas na comunicação. O jornalismo e a comunicação midiática inserem-se nessa interpretação dos acontecimentos – e, portanto, de produção da realidade – por serem espaços de “trocas e interações que contribuem para a instituição de um universo consensual” (Jodelet, 2017, p. 12), por permitirem de forma ampla a

circulação de ideias e de representações, por abrirem espaço para o diálogo entre diversos grupos sociais.

Metodologia

O enquadramento midiático é uma metodologia que tem sido cada vez mais explorada pelos estudos sobre meios de comunicação. No âmbito brasileiro, Soares (2009) afirma que o enquadramento recebe crescente destaque, sobretudo nos trabalhos sobre a cobertura jornalística de eleições e de movimentos sociais. Segundo Vimieiro e Maia (2011), os enquadramentos da mídia começam a ser estudados na década de 1980, mas com empecilhos decorrem, principalmente, da falta de clareza conceitual (Vreese, 2012; Rossetto; Silva, 2012).

Uma das principais influências no campo de estudos do enquadramento é o trabalho de Goffman (1974, p. 21), para quem um enquadramento é um esquema de interpretação da realidade social que permite aos indivíduos “localizar, perceber, identificar e rotular” os acontecimentos. Os enquadramentos seriam, então, quadros de referência geral, construídos socialmente, que são acionados pelas pessoas para dar sentido aos eventos e às situações sociais. “Assim, o ato de enquadrar é visto como a forma como os atores sociais agem e interagem para criar formas organizadas de entendimento do mundo” (Vimieiro; Dantas, 2009, p. 3).

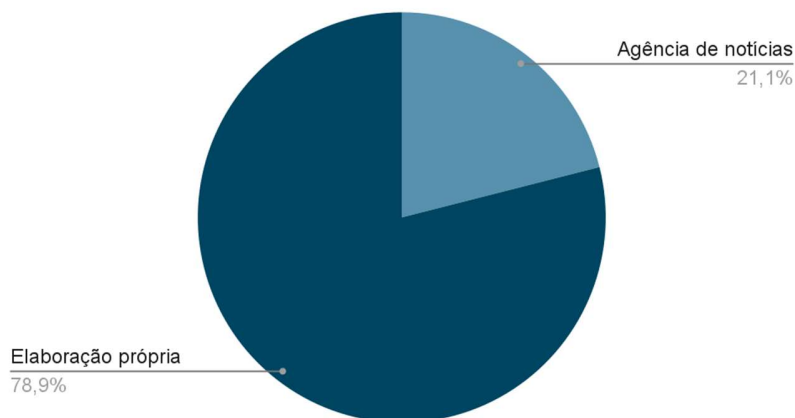
Nesta pesquisa, adotamos um dos conceitos mais empregados nos estudos desse campo, em que enquadrar é “[...] selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes no texto, de tal maneira que se promova uma definição de um problema específico, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o tema descrito” (Entman, 1993, p. 52).

A análise do corpus das notícias foi feita com base na coleta de matérias veiculadas, em 2024, no site do Jornal Estado de Minas. A pesquisa foi feita utilizando como termo de busca a palavra-chave “mineração”. A coleta resultou em 57 notícias do jornal Estado de Minas. A partir do corpus estabelecido, foram feitas análises percentuais, como origem das notícias e fontes ouvidas; e uma análise exploratória sobre os enquadramentos (Entman, 1993).

Dentre todas as 57 notícias coletadas em 2024 no Estado de Minas, o Gráfico 1 ilustra a autoria dos textos publicados: o veículo assina 78,9% do total de notícias do corpus (em nome de

jornalistas ou do próprio jornal), enquanto 21,1% são textos retirados de agências de notícias (como textos internacionais com origem da Agence France-Presse - AFP).

Gráfico 1 – Autoria das notícias em Estado de Minas

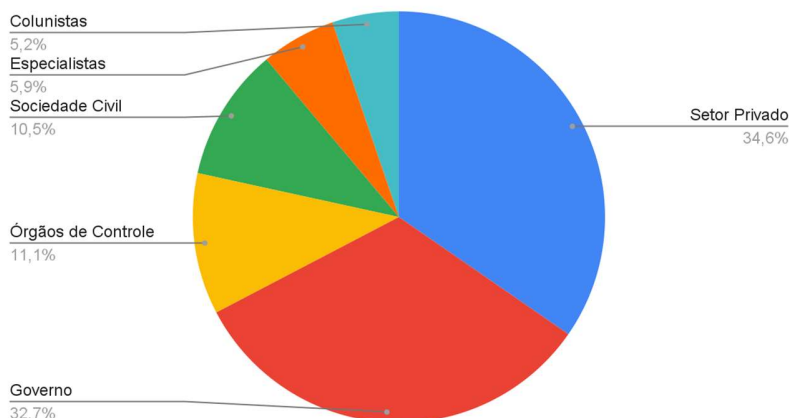


Fonte: Elaboração própria.

Análise dos enquadramentos jornalísticos

No corpus analisado do jornal *Estado de Minas*, foram identificadas seis categorias de fontes ouvidas para a composição dos materiais: setor privado (as próprias mineradoras, associações etc.); governo (executivos, legislativos e judiciários); órgãos de controle (ministérios públicos); sociedade civil (ONGs, advogados de vítimas, moradores etc.); colunistas; e especialistas (acadêmicos, pesquisadores, geólogos etc.). O Gráfico 2 mostra a porcentagem das citações encontradas no corpus. Ao todo, nos 57 textos coletados, as fontes ouvidas são representadas por: 34,6% do setor privado; 32,7% do governo; 11,1% de órgãos de controle; 10,5% de representantes da sociedade civil; 5,9% de especialistas; e 5,2% de colunistas. É importante destacar, portanto, que cerca de 78,4% das fontes ouvidas estão dentro do espectro das instituições (governamentais ou não) e empresas.

Gráfico 4 – Fontes ouvidas em Estado de Minas



Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos enquadramentos, foram identificados o total de 12 quadros, sendo três para cada categoria (definição do problema, causas do problema, avaliação moral dos indivíduos e soluções). Como apresentado pela *Tabela 2*, que mostra os quadros do jornal Estado de Minas, há três subcategorias na categoria relacionada à definição do problema. As notícias, portanto, neste âmbito, pautam três pontos: conflito de interesses; riscos da mineração; economia da atividade mineradora. Cerca de 42,1% das matérias são enquadradas na categoria “conflito de interesses ambientais e econômicos”; o quadro “risco da mineração para o meio ambiente” concentra 38,6% das notícias; e o quadro “setor da mineração gera negócios” engloba 19,3% dos títulos.

Tabela 2 - Enquadramentos do Estado de Minas

Definição do problema	Causas do problema	Avaliação moral dos indivíduos	Soluções
Conflito de interesses ambientais e econômicos.	Setor da mineração como gerador de renda.	Mineradoras geram empregos e renda; poder público fiscaliza o âmbito ambiental da mineração.	Legislações para preservação ambiental diante da mineração.

Risco da mineração para o meio ambiente.	Falta de segurança atestada nas estruturas.	População vítima da mineração; mineradoras: colocam estruturas e a população em perigo.	Aumento da fiscalização na atividade mineradora.
Setor da mineração gera negócios.	Demanda internacional por minérios.	Mineradoras exploram minérios em decorrência da demanda; poder público incentiva a mineração.	Investimento no setor de mineração.

Fonte: elaboração própria.

O Estado de Minas articula a mineração entre o histórico econômico e o controle institucional. No primeiro enquadramento, o jornal define o problema como conflito de interesses. O jornal cita que a atividade “há séculos movimenta a economia do estado, mas também enfrenta desafios e polêmicas, como a exploração da Serra do Curral, em Belo Horizonte, e os traumáticos rompimentos das barragens em Mariana (2015) e em Brumadinho (2019)” (Linha 1, Definição). A causa é diagnosticada pela modernização, pois “esses investimentos não apenas geram emprego e renda, mas também contribuem para a redução de 50% nas emissões de carbono na siderurgia” (Linha 1, Causas). A avaliação moral foca na tutela estatal, quando citado que “o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, enviou ao plenário da Corte a ação movida pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)” (Linha 1, Avaliação Moral). A solução enfatiza a via legislativa: “o referido diploma normativo criou o sistema de segurança de barragens mais rigoroso do Brasil e do mundo” (Linha 1, Soluções). O movimento remete ao processo de ancoragem de Moscovici (2011), ao inserir o fenômeno em um sistema legal conhecido.

No enquadramento de risco e insegurança, o jornal aponta, por exemplo: “risco de fortes chuvas no período de um dia, coloca ainda mais em xeque a segurança de barragens, diques, pilhas, cavas e estruturas” (Linha 2, Definição). A causa é a falta de certificação: “No Brasil, há 419 barragens de mineração com Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) atestada. Outras 11 não enviaram as declarações” (Linha 2, Causas). A avaliação moral aponta a reparação, citando que “os magistrados condenaram a Braskem a indenizar os demandantes pelos danos e prejuízos

a serem quantificados” (Linha 2, Avaliação Moral). A solução é a norma técnica, com fontes que defendem “legislações rígidas, que garantam a preservação ambiental” (Linha 2, Soluções).

O enquadramento de negócios define a mineração como oportunidade. A “EXPOSIBRAM 2024 vai aproximar mais de 20 mineradoras e 460 fornecedores selecionados para discutir propostas comerciais” (Linha 3, Definição). A causa é a demanda externa por "metais preciosos, muito procurados por projetos de tecnologia verde" (Linha 3, Causas). A avaliação moral cita contextos internacionais, como o “governo sérvio [que] deu sinal verde para retomar uma controversa operação de mineração para extrair lítio” (Linha 3, Avaliação Moral). A solução é o investimento produtivo, como a “construção de inovadora Planta de Itabiritos P15, que permitirá o beneficiamento de minério já extraído” (Linha 3, Soluções).

Considerações finais

A análise da cobertura jornalística realizada à luz da teoria do enquadramento de Entman (1993), corrobora a hipótese de que a mineração é construída midiaticamente por meio de relações discursivas contraditórias. Os enquadramentos identificados indicam que a mídia seleciona ativamente aspectos da realidade para a constituição da cadeia do problema.

Evidencia-se uma dualidade estrutural nas representações sociais (Serbena, 2003; Moscovici, 2011). De um lado, apresenta-se a dependência econômica da atividade legitimada por dados de faturamento e geração de empregos; por outro, cita-se o risco iminente ao meio ambiente e mantém viva a memória traumática. Essa tensão reflete a sociedade de risco descrita por Beck (2010), na qual a produção de riqueza convive indissociavelmente com a produção de ameaças. Nesse contexto, o jornal assume mediações distintas. O Estado de Minas atua na ancoragem (Moscovici, 2011) do novo cenário de insegurança dentro da tradição econômica secular.

Conclui-se, portanto, que as representações sociais da mineração não permitem uma leitura unívoca. Demandam uma negociação contínua entre o imperativo econômico e a segurança ambiental. O jornalismo, ao fornecer esses “mapas conceituais” (Hall, 2016), orienta a interpretação pública e influencia diretamente nos posicionamentos da sociedade mineira diante de uma atividade que enriquece às custas da destruição.

Referências

ALEXANDRE, Marcos. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, p. 122-138, jul./dez. 2004.

ANTUNES, Elton. Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. **Contemporanea**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 1-21, 2008.

BABO, Isabel. O acontecimento e seus públicos. **Comunicação e sociedade**, v. 23, p. 218-235, 2013. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/article/view/985/965>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**: Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

CHAMPAGNE, Patrick. A construção do acontecimento. In: BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

COELHO, Tádzio. Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. **Intratextos**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 128-146, 2012.

ENTMAN, Robert. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galaxia**, São Paulo, n. 24, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939>. Acesso em: 29 jan. 2025.

GERMANY, Darcy. **A mineração no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. 2002.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. Massachusetts: Harvard University Press, 1974.

GUSMÃO, Izabele; BARRETO, Alison; FERNANDES, Rogério; SILVA, Mariane; LIMA, Vanessa. Os impactos ambientais causados pela atividade mineradora. **Ângicos**, RN: UFERSA/CONTECC, 2021.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2016.

JODELET, Denise. **Representações sociais e mundos de vida**. Curitiba: PUCPRes, 2017.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedro; JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LANA, Lígia; FRANÇA, Renné. O. Do cotidiano ao acontecimento, do acontecimento ao cotidiano. **E-compós**, Brasília, v. 11, n. 3, set./dez. 2008.

LINS, Fernando; LOUREIRO, Francisco; ALBUQUERQUE, Gildo. **Brasil 500 anos, a construção do Brasil e da América Latina**: histórico, atualidade e perspectivas. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2011.

NORA, Pierre. O regresso do acontecimento. *In*: LE GOFF, J; NORA, P. (org.). **Fazer História: novos problemas**. Lisboa: Bertrand, 1997.

PEDROZO, Luiz; LIBERAL, Márcia; TAYRA, Flávio. A Vale S.A. no contexto atual da economia global e da sustentabilidade. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v.22, n.7, p. 01-20, 2024.

QUÉRÉ, Louis. A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio**, Lisboa, v. 10, p. 13-37, 2011. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/3703/2484>. Acesso em: 29 jan. 2025.

REZENDE, Vanessa. A mineração em Minas Gerais: Uma análise de sua expansão e os impactos ambientais e sociais causados por décadas de exploração. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, p. 375-384, 2016.

ROCHA, Leonardo. As Tragédias de Mariana e Brumadinho: É Prejuízo? Para Quem?. **Caderno de Geografia**, v.31, Número Especial 1, 2021.

ROCHA, Moisés; PEROBELLI, Fernando; SCHIAVON, Laura. **Persistência e impactos da mineração colonial brasileira sobre a população, renda e educação: uma abordagem de variáveis instrumentais abrangendo cinco séculos**. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2024.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993. p. 25-41.

ROSSETTO, Graça; SILVA, Alberto. Agenda-setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria? **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n.26, 2012, p. 98-114.

SEPLAG/MG. **Reparação Brumadinho - Esclarecendo os anexos do Acordo Judicial**. Belo Horizonte: 2025. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho/pagina/repacao-brumadinho-esclarecendo-os-anexos-do-acordo-judicial>. Acesso em: 7 jul. 2025.

SERBENA, Carlos Augusto. Imaginário, ideologia e representação social. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 52, p. 1-12, dez. 2003.

SILVA, Harley; SANTOS, Igor. **Mineração e cidade, cidade da mineração: notas sobre a produção do espaço urbano das cidades mineiras sob a égide da indústria mineradora**. Diamantina: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2010.

SOARES, Murilo. Análise de enquadramento. *In*: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

TONIETTO, Ângela; SILVA, Janaina. Valoração de danos nos casos de mineração de ferro no Brasil. **Revista Brasileira de Criminalística**, v. 1, n.1, 2011. Disponível em: <https://revista.rbc.org.br/index.php/rbc/article/view/15>. Acesso em: 27 jan. 2025.



XVIII Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura. Faculdade Cásper Líbero. De 11 a 13 de novembro de 2025.



VIMIEIRO, Ana; DANTAS, Marcela. Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. **Lumina** – Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFJF, v. 3, n. 2, p. 1-16, 2009.

VIMIEIRO, Ana; MAIA, Rousiley. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Revista FAMECOS**, v. 18, n. 1, p. 235-252, 2011.

VREESE, Claes. New Avenues for Framing Research. **American Behavioral Scientist**, v. 56, n. 3, p.365-375, 2012.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 8. ed. Lisboa: Presença, 2003.